

Scotiabank Brasil
S.A. Banco Múltiplo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstração dos resultados	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Scotiabank Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO

O Conglomerado Scotiabank Brasil encerrou o exercício 2021 com um lucro líquido de R\$ 196.183, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 16,23%. Apresentou índice de Basileia de 12,14% e Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 786.432.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 1.500 e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 46.656, já deduzidos dos tributos incidentes.

Desde o início da pandemia, o Conglomerado está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Conglomerado continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Com o objetivo principal de complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, em 6 de novembro de 2020 foi constituída a Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que iniciou suas atividades operacionais em 1 novembro de 2021. A autorização de funcionamento da Corretora foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil (“Conglomerado”).

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Conglomerado declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

AGRADECIMENTOS

O Conglomerado Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Scotiabank Brasil S.A Banco Múltiplo (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Scotiabank Brasil S.A Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos, e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 10 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e da empresa consolidada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e a entidade incluída no Conglomerado Prudencial (Corretora) ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e da entidade incluída no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e da Corretora incluída no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e da Corretora incluída no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e a Corretora incluída no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo (Banco e Corretora) para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021
Disponibilidades	4	11.919
Ativos financeiros		<u>14.202.733</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.643.337
Títulos e valores mobiliários	6	1.583.207
Instrumentos financeiros derivativos	7	531.347
Operações de crédito	9a	1.928.790
Operações de câmbio	10	2.361.054
Outros ativos financeiros	11a	154.998
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(168.285)</u>
Títulos e valores mobiliários	6c	(449)
Operações de crédito	9c/d	(983)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(166.853)
Créditos tributários	19b/c	116.326
Investimentos		<u>6</u>
Outros investimentos		6
Imobilizado de uso		<u>11.680</u>
Imóveis de uso		900
Outras imobilizações de uso		24.027
Depreciações acumuladas		(13.247)
Intangível		<u>3.606</u>
Ativos intangíveis		4.749
Amortizações acumuladas		(1.143)
Outros ativos	11b	<u>27.133</u>
Total do ativo		<u>14.205.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021
Passivos financeiros		<u>12.716.642</u>
Depósitos	12	1.155.470
Captações no mercado aberto	13	794.632
Obrigações por empréstimos	14	3.977.177
Obrigações por repasses	15, 24a	1.396.454
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.828.429
Operações de câmbio	10	1.771.039
Outros passivos financeiros	16a	793.441
Obrigações fiscais diferidas	19b	69.396
Provisões para contingências	17d	31.432
Outros passivos	16b	121.821
Patrimônio líquido		<u>1.265.827</u>
Capital social	18	796.879
Reservas de lucros	18	487.178
Outros resultados abrangentes	3f	<u>(18.230)</u>
Total do passivo		<u>14.205.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2021	
Nota	2º semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira	655.333	811.173
Operações de crédito	135.834	101.172
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	244.922	356.808
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e 274.577	353.193
Despesas da intermediação financeira	(388.511)	(360.273)
Operações de captação no mercado aberto	(62.741)	(82.852)
Operações de empréstimos e repasses	(126.657)	(107.861)
Resultado em operações de câmbio	(199.113)	(169.560)
Resultado da intermediação financeira	266.822	450.900
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16.304)	(11.305)
Títulos e valores mobiliários	(4)	(5)
Operações de crédito	9d 46	(152)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d (16.346)	(11.148)
Resultado bruto da intermediação financeira	250.518	439.595
Outras receitas/(despesas) operacionais	(60.849)	(115.738)
Receitas de prestação de serviços	15.706	24.357
Despesas de pessoal	24b (47.699)	(89.500)
Outras despesas administrativas	24c (18.738)	(31.690)
Despesas tributárias	(10.464)	(16.260)
Outras receitas operacionais	346	653
Outras despesas operacionais	-	(3.298)
Reversões/(despesas) de provisões para contingências	(414)	(766)
Trabalhistas	(45)	(91)
Fiscais	(369)	(675)
Resultado operacional	189.255	323.091
Resultado não operacional	(8)	(8)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros	189.247	323.083
Imposto de renda e contribuição social	(65.609)	(124.321)
Provisão para imposto de renda	(35.396)	(67.327)
Provisão para contribuição social	(30.302)	(56.331)
Ativo fiscal diferido	89	(663)
Participações no Lucro	(2.579)	(2.579)
Lucro líquido do semestre/exercício	121.059	196.183
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$	28,79	46,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		<u>2021</u>	
	Nota	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício		<u>121.059</u>	<u>196.183</u>
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		<u>(16.355)</u>	<u>(25.884)</u>
Títulos e valores mobiliários		(29.736)	(47.062)
Efeito fiscal	19a, 19b	<u>13.381</u>	<u>21.178</u>
Resultado abrangente		<u>104.704</u>	<u>170.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldo em 31 de dezembro 2020	796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(25.884)	-	(25.884)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	196.183	196.183
Constituição de reserva legal 18b	-	9.809	-	-	(9.809)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio 18c	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos 18c	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827
Saldos em 30 de junho de 2021	796.879	34.698	316.442	(1.875)	71.368	1.217.512
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(16.355)	-	(16.355)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	121.059	121.059
Constituição de reserva legal	-	6.053	-	-	(6.053)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	
		2º Semestre	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício		121.059	196.183
Ajustes ao lucro líquido		51.212	74.103
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6c, 9d	16.304	11.305
Depreciações e amortizações	24c	722	1.330
Perda na baixa de imobilizado e intangível		8	8
Impostos diferidos	19a, 19b	33.761	60.682
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	17d	417	778
Variação de ativos e obrigações		1.570.338	(71.207)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(247.080)	(756.736)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(768.230)	(1.055.424)
Redução/(aumento) em instrumentos financeiros derivativos		865.426	(1.227.747)
(Aumento) em operações de crédito		(541.073)	(302.946)
Redução/(aumento) em operações de câmbio	10	57.804	(43.559)
Redução/(aumento) em outros ativos financeiros	11a	174.305	(113.693)
(Aumento)/redução em outros ativos		(13.795)	3.675
Aumento em depósitos	12	563.047	988.649
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	13	37.251	(142.673)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	14,15	649.554	1.928.236
Aumento em outros passivos financeiros	16a	749.348	707.171
Aumento/(redução) em outros passivos	16b	43.781	(56.160)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.742.609	199.079
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(2.970)	(5.829)
Aplicações do intangível		(336)	(1.363)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(3.306)	(7.192)
Atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos		(1.500)	(1.500)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(56.389)	(56.389)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.682.914	135.498
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		1.046.722	2.594.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	2.729.636	2.729.636
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.682.914	135.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil (“Conglomerado Prudencial” ou “Conglomerado”) é composto pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) e por sua subsidiária integral Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), ambos localizados na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo – Brasil.

O Banco é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”) e o *BNS Investments Inc.* (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1 de novembro de 2021.

A Corretora tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, através da intermediação as operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país.

A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”).

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação das seguintes entidades:

- Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
- Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 17 de março de 2022.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras não foram apresentadas com saldos comparativos, uma vez que o Conglomerado Prudencial foi formado no ano de 2021, após a autorização de funcionamento da Corretora.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional das empresas do Conglomerado.

b. Consolidação

Conforme disposto no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais a instituição líder do conglomerado, o Banco, detém controle direto ou indireto.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação.

c. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, é efetuada a reclassificação da variação cambial das contas “Outras receitas/despesas operacionais” diretamente para as respectivas contas “Receitas/despesas da intermediação financeira” na demonstração de resultado.

d. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

f. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3i. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

g. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

h. Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

i. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

j. Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

k. Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

l. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

m. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

n. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei 7.689/1988.

Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% (Banco) e de 15% para 20% (Corretora) no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Conglomerado, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19c).

p. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Conglomerado segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21).

s. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que revoga a Resolução CMN 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

t. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 24d.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021
Disponibilidades	11.919
Moeda nacional	1.418
Moeda estrangeira	10.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.717.717
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	2.612.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	104.723
Total	2.729.636

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021				Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Aplicações no mercado aberto	-	4.169.574	756.046	2.612.994	7.538.614
Posição bancada - LTN	-	-	-	-	-
Posição vendida - LTN	-	4.169.574	756.046	-	4.925.620
Posição vendida – NTN	-	-	-	2.612.994	2.612.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	104.723	-	-	-	104.723
Depósitos interfinanceiros	104.723	-	-	-	104.723
Total	104.723	4.169.574	756.046	2.612.994	7.643.337

6 Títulos e valores mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a. Títulos para negociação

2021						
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria						
LTN	10.427	1.103	180	-	11.710	-
NTN	-	-	-	8.934	8.934	9.414
Total	10.427	1.103	180	8.934	20.644	9.414

b. Títulos disponíveis para venda

2021							
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	-	-	56.801	-	-	56.801	56.816
Subtotal	-	-	56.801	-	-	56.801	56.816
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾							
LTN	-	-	195.160	518.879	610.315	1.324.354	1.357.484
Cotas de fundo de investimento	41.009	-	-	-	-	41.009	41.009
Subtotal	41.009	-	195.160	518.879	610.315	1.365.363	1.398.493
Total	41.009	-	251.961	518.879	610.315	1.422.164	1.455.309

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

c. Títulos mantidos até o vencimento

2021						
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/ contábil	Valor de mercado
Carteira própria						
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.332	4.784	9.330	124.953	140.399	149.310
Total	1.332	4.784	9.330	124.953	140.399	149.310

(i) No primeiro semestre de 2021 foi constituída provisão no montante de R\$ 5 de um total de 449 em função do risco de crédito.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a. Contratos futuros

	<u>2021</u>	
	<u>Valor de mercado</u>	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	34.852.960	(704.661)
DI	1.069.453	289
DDI	32.245.442	(673.672)
Dólar	1.538.065	(31.278)
Posição vendida	3.468.715	29.863
DI	1.963.097	(614)
DDI	1.505.618	30.477

Em 31 de dezembro de 2021, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 23, referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b. Operações de *swap* e operações a termo

	<u>2021</u>		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Por indexador			
<i>Swap</i>			
Valores a receber	15.001.746	201.238	489.000
CDI x Dólar	14.769.746	195.840	483.093
CDI x Euro	232.000	5.398	5.907

	2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Por indexador			
Valores a pagar	<u>12.239.541</u>	<u>(2.810.839)</u>	<u>(2.817.062)</u>
CDI x Dólar	12.239.541	(2.810.839)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF			
Valores a receber	<u>2.276.587</u>	<u>44.241</u>	<u>42.347</u>
Posição comprada	2.276.587	44.241	42.347
Valores a pagar	<u>203.539</u>	<u>(12.001)</u>	<u>(11.367)</u>
Posição comprada	203.539	(12.001)	(11.367)
Total	<u><u>29.721.413</u></u>	<u><u>(2.577.361)</u></u>	<u><u>(2.297.082)</u></u>

Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2021				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	3.243.972	3.059.364	4.441.453	27.576.886	38.321.675
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	666.460	1.227.800	1.161.402	24.185.625	27.241.287
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	1.065.456	1.414.670	2.480.126
Total	<u><u>3.910.432</u></u>	<u><u>4.287.164</u></u>	<u><u>6.668.311</u></u>	<u><u>53.177.181</u></u>	<u><u>68.043.088</u></u>

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

c. Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Swap	61.950	427.050	489.000
Termo de moedas - NDF	23.397	18.950	42.347
Total	<u><u>85.347</u></u>	<u><u>446.000</u></u>	<u><u>531.347</u></u>
Passivo			
Swap	(326.256)	(2.490.806)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF	(9.393)	(1.974)	(11.367)
Total	<u><u>(335.649)</u></u>	<u><u>(2.492.780)</u></u>	<u><u>(2.828.429)</u></u>

d. Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão assim compostos:

	2021	
	2º Semestre	Exercício
Futuros	1.996.230	771.623
Swap	(1.718.756)	(394.077)
Termo de moedas - NDF	(2.897)	(24.353)
Total	274.577	353.193

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8 Gerenciamento de riscos

Administração de risco operacional

O Conglomerado possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Conglomerado.

A estrutura de risco operacional no Conglomerado também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Conglomerado e do BNS.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Conglomerado possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Conglomerado o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Conglomerado apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de risco de crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Conglomerado possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Conglomerado, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Conglomerado e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Conglomerado, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Conglomerado.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Conglomerado está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Conglomerado, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Conglomerado visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Conglomerado. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Conglomerado por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:

<http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Conglomerado realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	(100 bps)
Taxas de juros		
Exposição de Juros Prefixados	363	(363)
Exposição ao Cupom Cambial	1.157	(1.157)
Total	1.520	(1.520)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	(100 bps)
Taxas de juros		
Exposição de Juros Prefixados	(13.770)	13.770
Exposição ao Cupom Cambial	1.157	(1.157)
Total	(12.613)	12.613

Análise de sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Conglomerado. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de Juros Prefixados	(36)	(805)	(1.208)
Exposição ao Cupom Cambial	(116)	(158)	(236)
Total	(152)	(963)	(1.444)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(427)	(853)	(1.280)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de Juros Prefixados	(1.377)	(30.725)	(46.087)
Exposição ao Cupom Cambial	(116)	(157)	(236)
Total	(1.493)	(30.882)	(46.323)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(427)	(853)	(1.280)

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Conglomerado, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido da organização.

No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Conglomerado devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2021					
	Vencidas	A vencer				Total
	Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Setor privado						
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	204.172	101.734	60.435	366.341
Indústria	-	-	-	101.734	-	101.734
Outros serviços - PJ	-	-	204.172	-	60.435	264.607
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 24a)	-	279.922	-	558.340	558.192	1.396.454
Indústria	-	279.922	-	558.340	558.192	1.396.454
Outros créditos – Indústria(ii)	165.995	-	-	-	-	165.995
Total CCB e NCE	165.995	279.922	204.172	660.074	618.627	1.928.790
CCL Exportação com ACC – (nota 10)	-	361.952	129.736	-	-	491.688
Indústria	-	30.904	58.267	-	-	89.171
Outros serviços – PJ	-	331.048	71.469	-	-	402.517
Rendas a receber de ACC – (nota 10)	-	1.706	252	-	-	1.958
Indústria	-	368	188	-	-	556
Outros serviços - PJ	-	1.338	64	-	-	1.402
CCL Exportação com ACE – (nota 10)	-	85.928	32.555	-	-	118.483
Indústria	-	85.928	32.555	-	-	118.483
Variação cambial CCL Exportação com ACC/ACE (i)	-	24.732	(464)	-	-	24.268
Indústria	-	2.092	140	-	-	2.232
Outros serviços – PJ	-	22.640	(604)	-	-	22.036
Total ACC e ACE	-	474.318	162.079	-	-	636.397
Total da carteira de crédito	165.995	754.240	366.251	660.074	618.627	2.565.187

- (i) onforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.
- (ii) Referem-se a operações de ACE que tiveram seus contratos de câmbio liquidados no Banco Central do Brasil, mas devido a renegociação da operação foram reclassificadas para o Cosif de “Outros créditos”.

Em 31 de dezembro de 2021 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b. Concentração das operações de crédito

	2021
Principal devedor – (nota 24a)	1.396.454
Percentual sobre o total da carteira de crédito	54,5%
20 maiores devedores	2.565.187
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

2021					
Nível de risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira	Provisão mínima	Provisão adicional ⁽ⁱ⁾	Provisão total
AA	0,0%	2.399.192	-	(1.841)	(1.841)
H	100,0%	165.995	(165.995)	-	(165.995)
Total		2.565.187	(165.995)	(1.841)	(167.836)

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021
Saldos no início do semestre	(156.536)
Constituição de provisão	(16.607)
Reversão de provisão	5.307
Saldos no final do semestre	(167.836)

e. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 849.395.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f. Resultado de operações de crédito

	2021	
	2º Semestre	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	121.856	79.474
Rendas de empréstimos	13.978	21.698
Total	135.834	101.172

10 Operações de câmbio

	2021
Ativo circulante	
Câmbio comprado a liquidar	2.122.847
Direitos sobre vendas de câmbio	236.249
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	1.958
	<hr/>
Total	2.361.054
	<hr/> <hr/>
Passivo circulante	
Obrigações por compra de câmbio	2.125.878
Câmbio vendido a liquidar	255.332
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(610.171)
	<hr/>
Total	1.771.039
	<hr/> <hr/>

11 Outros ativos

a. Composição de outros ativos financeiros

	2021
Ativo circulante	
Negociação e intermediação de valores	114.955
Outros	3
	<hr/>
Subtotal	114.958
	<hr/>
Ativo não circulante	
Devedores por depósitos em garantia – (nota 17d)	40.040
	<hr/>
Subtotal	40.040
	<hr/>
Total	154.998
	<hr/> <hr/>

b. Composição de outros ativos

	2021
Ativo circulante	
Impostos e contribuições a compensar	21.573
Valores a receber sociedades ligadas	1.112
Outros valores e bens	1.044
Adiantamentos e antecipações salariais	898
Pagamentos a ressarcir	2.127
	<hr/>
Subtotal	26.754
	<hr/>
Ativo não circulante	
Outros valores e bens	278
Impostos e contribuições a compensar	98
Pagamentos a ressarcir	3
	<hr/>
Subtotal	379
	<hr/>
Total	27.133
	<hr/> <hr/>

12 Depósitos

	2021				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	
Depósitos à vista	105	-	-	-	105
Depósitos interfinanceiros	-	45.450	-	-	45.450
Depósitos a prazo	-	411.043	262.705	436.167	1.109.915
Total	105	456.493	262.705	436.167	1.155.470

Em 31 de dezembro de 2021 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 100% do DI.

13 Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2021, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 794.632, com vencimentos até abril de 2022 e taxa de 5,02% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

14 Obrigações por empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 3.977.177 estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até junho de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,13% a 0,20% ao ano.

15 Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.396.454 – nota 24a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até abril de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,74% a 1,14% ao ano.

16 Outros passivos

a. Composição de outros passivos financeiros

	2021
Passivo circulante	
Negociação e intermediação de valores	793.441
Total	793.441

b. Composição de outros passivos

	2021
Passivo circulante	
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	63.639
Impostos e contribuições a recolher	23.503
Provisão para despesas de pessoal	16.810
Valores a pagar sociedades ligadas	699
Outros	3.826
	<hr/>
Subtotal	108.477
	<hr/>
Passivo não circulante	
Provisão para despesas de pessoal	11.244
Outros	2.100
Subtotal	13.344
	<hr/>
Total	121.821
	<hr/>

17 Contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Conglomerado não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3q.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 1.341. Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza cível e fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 13.422, sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.408 e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 6.830, referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c. Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 19.355, incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d. Movimentação dos saldos

2021				
Provisão para contingências	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total
Saldo inicial	1.290	2.887	24.351	28.528
Constituição/(reversão)	2.106	-	(8)	2.098
Atualização	112	50	644	806
Total	3.508	2.937	24.987	31.432
2021				
Depósitos judiciais	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total
Saldo inicial	54	14.034	25.175	39.263
Constituição/(reversão)	30	-	-	30
Atualização	5	86	656	747
Total – (nota 11a)	89	14.120	25.831	40.040

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento:

- (i) Dividendos no valor de R\$ 1.500 (R\$ 500 em 2020).
- (ii) Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 46.656 (R\$ 24.395 em 2020), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 8.233 (R\$ 4.305).

19 Imposto de renda e contribuição social (somar)

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	320.504	320.504
Juros sobre o capital próprio	(54.889)	(54.889)
Adições/(exclusões) temporárias	(134.818)	(134.818)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(150.607)	(150.607)
Outras despesas administrativas	265	265
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.305	11.305
Outras	4.219	4.219
Adições/(exclusões) permanentes	11.834	2.015
Base tributável	142.631	132.812
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(35.667)	(29.656)
Incentivos fiscais	1.684	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(33.983)	(29.656)
Créditos tributários	(362)	(301)
Passivo fiscal diferido	(33.344)	(26.675)
Total	(67.689)	(56.632)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização / reversão	Saldos em 31/12/2021
Refletido no resultado	102.073	15.873	(16.536)	101.410
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.818	345	-	13.163
Provisões indedutíveis	7.634	8.260	(4.951)	10.943
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.442	5.689	(606)	75.525
Provisão para risco de crédito – debêntures	201	3	(1)	203
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	10.368	-	(10.368)	-
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	218	-	218
Outros	610	1.358	(610)	1.358
Refletido no Patrimônio Líquido	-	14.916	-	14.916
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	14.916	-	14.916
Total	102.073	30.789	(16.536)	116.326

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização / reversão	Saldos em 31/12/2021
Refletido no resultado	(9.377)	(60.242)	223	(69.396)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	-	(57.746)	-	(57.746)
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como negociação	(124)	-	124	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.253)	(334)	99	(9.488)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(2.162)	-	(2.162)
Refletido no patrimônio líquido	(6.262)	-	6.262	-
Ajuste a valor de mercado TVM classificados como disponíveis para venda	(6.262)	-	6.262	-
Total	(15.639)	(60.242)	6.485	(69.396)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Total
1º ano	29.957	29.957
2º ano	24.569	24.569
3º ano	29.671	29.671
4º ano	18.913	18.913
6º ano ao 10º ano	13.216	13.216
Total	116.326	116.326
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	89.359	89.359

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

20 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, que revoga a Resolução CMN 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	<u>Ativo / (passivo)</u>	<u>Receitas / (despesas)</u>
	Dez/2021	Dez/2021
Disponibilidades	3.690	3.673
BNS	3.690	3.673
Carteira de câmbio – posição ativa	464.970	101
BNS	464.970	101
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	413	15.076
BNS	(576)	15.483
Scotiabank Inverlat (México)	-	(416)
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	989	9
Obrigações por empréstimos	(3.977.177)	(28.386)
BNS	(3.977.177)	(28.386)
Obrigações por repasses	(1.396.454)	(79.474)
BNS	(1.396.454)	(79.474)
Carteira de câmbio – posição passiva	(485.570)	(20.538)
BNS	(485.570)	(20.538)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	48
Scotiabank Colpatria (Colômbia)	-	48

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 21.933, sendo formadas por R\$ 12.092, que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 9.331, que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21 Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

- a. Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)**
De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 4.788 e a quantidade total de ações é de 44.649 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,4031 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 4.713.
- b. Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)**
De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.486 e a quantidade total de ações é de 30.567 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,4031 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 7.112.

22 Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Conglomerado oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.872.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Conglomerado não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23 Índice de basileia e limites operacionais

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado é de 12,14%, o Patrimônio de Referência de R\$ 1.262.221 e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 786.432. Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

24 Outras informações

a. Operações ativas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo / (passivo)	Receitas / (despesas)
	2021	2021
Operações de crédito		
NCE – (nota 9a)	1.396.454	263.164
ACC	317.056	37.552
Obrigações por repasses		
Repasses do exterior - (nota 15)	(1.396.454)	(263.164)
ACC	(316.092)	(35.617)
Resultado líquido	964	1.935

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b. Despesas de pessoal

	2021	
	2º Semestre	Exercício
Proventos	31.540	59.193
Encargos sociais	12.634	23.049
Benefícios	2.721	5.237
Outros	804	2.021
Total	47.699	89.500

c. Outras despesas administrativas

	2021	
	2º Semestre	Exercício
Processamento de dados	6.623	11.028
Serviços do sistema financeiro	2.885	5.159
Aluguéis	1.854	3.447
Serviços técnicos especializados	1.429	2.691
Serviços de terceiros	1.248	2.265
Comunicações	675	1.240
Depreciação/amortização	722	1.330
Contribuições filantrópicas	1.400	1.400
Outras	1.902	3.130
Total	18.738	31.690

d. Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Conglomerado continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades das instituições.

e. Resultado recorrente e não recorrente

	2021	
	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	121.059	196.183
Resultado não recorrente		
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	-	(1.451)
Lucro líquido recorrente	121.059	194.732

25 Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento de capital social no montante de R\$ 783.090. Em 16 de fevereiro de 2022, o Banco obteve aprovação pelo Banco Central do Brasil para esta alteração.

Diretoria

Antonio Pianucci

Izabel Eliza Oliveira Salvucci

Paulo André Campos Bernardo

Jaques Mester

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6